



## PLANTAS MEDICINAIS: O SABER E O FAZER NA PRODUÇÃO DE FITOTERÁPICOS SOB O ENFOQUE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

*Ana Célia Penaforte Cardoso<sup>1</sup>*

*Ivanete Ferreira Alves Lopes<sup>2</sup>*

*Wagner Luiz Ramos Barbosa<sup>3</sup>*

*Eixo Temático 3: Relações Sociedade, Estado e Mercados para o Desenvolvimento*

### RESUMO

Tradicionalmente, o conhecimento em plantas medicinais é, em sua maioria, tratado a partir de saberes repassados por meio da oralidade e das práticas do dia a dia, principalmente, quando se refere às comunidades rurais na Amazônia. Neste contexto, o presente artigo busca fazer um breve estudo sobre o conceito de desenvolvimento local e a gestão de recursos naturais relacionando com o saber e o fazer em plantas medicinais. Assim sendo, o objeto aqui estudado é o coletivo de mulheres conhecido como grupo “Erva Vida”, da comunidade Bom Sossego, situado no distrito de Marudá, município de Marapanim, no Pará. A temática apresentada faz parte de duas pesquisas de dissertação de mestrado que têm como pontos centrais as plantas medicinais, os saberes tradicionais e a produção de fitoterápicos. Como suporte teórico adotou-se as referências bibliográficas sobre o tema, principalmente os estudos de VASCONCELLOS(2013); BARBOSA(2016); MORAES(2016) que tratam do termo desenvolvimento, etnofarmácia e saberes tradicionais, respectivamente. A análise dessa relação foi estruturada sob a ótica do desenvolvimento enquanto conceito mais abrangente, fazendo uma reflexão dos termos sobre o desenvolvimento regional, territorial e local, com ênfase nas coletividades locais. O resultado desse estudo permite fazer uma reflexão acerca de conceitos que antes eram vistos de forma mais geral e compreender melhor como estes se interrelacionam quando se tem como campo de pesquisa comunidades locais.

**Palavras-chave:** Plantas medicinais. Fitoterápicos. Saberes Tradicionais. Desenvolvimento local.

### 1. INTRODUÇÃO

Cada lugar tem suas características peculiares que lhes dão identidade e uso próprio, resultados das relações sociais que são estabelecidas e da ação humana sobre a natureza. Nesse aspecto, quando se trata da região amazônica, considerando o uso dos seus recursos naturais, nós nos deparamos com realidades e perspectivas bastante distintas. É o caso do nordeste paraense, que é uma “região que vem passando por um processo de transformação na sua paisagem natural, e que, por isso, é considerada a região com paisagem mais degradada da

<sup>1</sup>Bacharel em Arquitetura, mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela UFPA. E-mail: a\_pnaf@hotmail.com

<sup>2</sup>Licenciada em Pedagogia, mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela UFPA. E-mail: ivanete.alves@uol.com.br

<sup>3</sup>Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bonn, Alemanha, Professor da UFPA



Amazônia” (NASCIMENTO; FENZL, 2012, p. 51). Além disso, “o espaço litorâneo tem sido submetido à intensa pressão exercida pelas diversificadas formas de ocupação e uso do solo que junto com os condicionantes naturais, destacam-se como fatores que ocasionam ou aceleram mudanças ambientais” (SOUZA, 2012; ROCHA, 2012, p. 251). Esses estudos apontam que isso tem sido uma tendência mundial e que nos próximos anos o aumento será demasiadamente significativo nessas áreas, “comprometendo seu valor ecológico diversificado como restingas, manguezais, dunas e praias”. (SOUZA, 2012; ROCHA, 2012, p. 251). Apesar disso, ainda é possível encontrar comunidades tradicionais que vivem na região e que utilizam os recursos naturais para gerar renda e garantir sua manutenção, a exemplo, o grupo de mulheres Erva Vida localizado na comunidade Bom Sossego, distrito de Marudá, município de Marapanim, no Pará que atingidas pela escassez da pesca, “buscaram na produção e comercialização de remédios caseiros uma alternativa para cooperar com o sustento do lar e alcançar visibilidade em suas ações” (MONTEIRO; SOUZA; BARBOSA, 2012, p. 38).

Neste contexto, o presente trabalho tem como principal objetivo fazer uma reflexão sobre os atravessamentos teóricos que envolvem os conceitos de desenvolvimento e gestão de recursos naturais na perspectiva do saber e o fazer na produção de fitoterápicos, a partir do uso de plantas medicinais realizados por esse grupo de mulheres e seus reflexos para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida do próprio grupo.

A temática apresentada faz parte de duas pesquisas de dissertação de mestrado que têm como pontos centrais as plantas medicinais, os saberes tradicionais e a produção de fitoterápicos. Para os procedimentos metodológicos foram adotados como suporte teórico, principalmente, os estudos de Vasconcelos (2013), Barbosa (2016) e Moraes (2016) que tratam do termo desenvolvimento, etnofarmácia e saberes tradicionais, respectivamente.

O artigo está estruturado em duas seções, além desta introdução e conclusão. A primeira apresenta conceitos de desenvolvimento em visão mais abrangente e as reflexões sobre desenvolvimento regional, territorial e local. A segunda seção trata das Coletividades locais e desenvolvimento Comunitário no contexto do saber tradicional à luz da Legislação Ambiental, da Gestão dos Recursos Naturais em Plantas Medicinais e do Grupo de mulheres Erva Vida, propriamente, considerando o seu espaço físico para a produção de fitoterápicos procurando compreender a seguinte questão: em que medida o uso de plantas medicinais têm contribuído para a melhoria da qualidade de vida do grupo de mulheres erveiras e colaborado para o seu desenvolvimento local?

## **2. DESENVOLVIMENTO: UM CONCEITO EM EVOLUÇÃO**

Na literatura é comum encontrar diferentes definições e interpretações para o termo ‘desenvolvimento’, segundo Sachs “o desenvolvimento não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples, a sua multidimensionalidade e complexidade explicam o seu caráter fugidio” (2008, p. 25), conforme o autor, o conceito tem evoluído ao longo dos anos, incorporando experiências positivas e negativas, o que tem levado a muitas discussões e debates em torno desse tema e contribuído para o aprimoramento do termo.

Nessa perspectiva, segundo Sachs (2008) dois avanços conceituais importantes devem ser mencionados: o primeiro foi a atenção dada à problemática ambiental a partir dos anos de 1970 que levou a uma ampla reconceituação do termo. E o segundo, foram os trabalhos de A. K. Sen (1999). Nesse aspecto, o “desenvolvimento pode ser redefinido em termos da universalização e do exercício efetivo de todos os direitos humanos: políticos, civis e cívicos; econômicos, sociais e culturais; bem como direitos coletivos ao desenvolvimento, ao ambiente etc”. (SACHS, 2008, p. 37).



Antes, porém, por muito tempo o significado de desenvolvimento só foi analisado como sinônimo de crescimento econômico “que trazia a ideia unicamente de progresso, crescimento, industrialização, transformação e modernização” (FURTADO, 1961 apud VASCONCELLOS, 2013, p.15) que poderia ser medido pelos indicadores de PIB (Produto Interno Bruto), PIB per capita, RIB (Renda Interna Bruta) e RIB per capita (MICIONE, 1998 apud VASCONCELLOS, 2013, p. 16).

No entanto, a partir dos anos de 1960 surge uma nova corrente de pensamento que começa a se questionar. Para a escola econômica estruturalista, segundo Furtado (1961 apud VASCONCELLOS, 2013, p. 16) diz que “o crescimento econômico é uma simples variação do PIB”, enquanto que desenvolvimento é caracterizado como mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas” (ALLEN; THOMAS, 2000 apud VASCONCELLOS, 2013). Ou seja, o desenvolvimento além de estar ligado ao PIB e ao RIB, também, deve considerar “as mais diversificadas necessidades das pessoas, o que envolve, principalmente, alimentação, saúde, habitação, segurança, transporte, lazer dentre outras no sentido de erradicar a pobreza econômica e buscar a igualdade social” (VASCONCELLOS, 2013, p. 16).

Na economia estruturalista se entende que embora o crescimento econômico não seja por si só desenvolvimento por via de mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ele é condição para que o progresso aconteça. No caso de países da América Latina, como o Brasil, considerado uma sociedade em desenvolvimento, existe o crescimento econômico, porém, se apresenta muito timidamente quando se refere às mudanças qualitativas nas condições de vida das pessoas, o que tem gerado certa contradição, pois, o que se vê é “a concentração de riqueza e de contínua exclusão social de camadas populacionais significativas da sociedade”. (VASCONCELLOS, 2013, p. 17).

Nesse aspecto, o discurso referente ao termo ‘desenvolvimento’ requer um novo entendimento que leve em consideração a realidade local, a exemplo da região amazônica onde existe certa complexidade entorno do que vem a ser desenvolvimento local e gestão de uso dos seus recursos naturais pelas camadas populacionais. Por isso a “importância do planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e por interesses comuns” (SACHS, 2008, p. 61)

## 2.1 Desenvolvimento Regional, Territorial e Local

Assim como não existe uma única interpretação para o conceito de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento regional passa, também, por diferentes entendimentos, o que contribuiu para o seu desgaste conceitual em virtude do seu termo está atrelado somente ao crescimento econômico. Contudo, o entendimento sobre região passou a ser entendido como:

Uma construção histórico-social na qual a economia não é mais vista como predominante e central, mas como parte de um ambiente em que está entrelaçada com a política, a cultura e o ambiente natural enquanto instância conformadora da sociedade e definidoras de sua organização espacial. (VASCONCELLOS, 2013, p. 23).

Apesar disso, essa abordagem regional, segundo Vasconcellos (2013) passou a ser um termo que perdeu seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos. É nesse novo contexto que o conceito de território tem se destacado,



agora como uma noção com estatuto operacional que permite a superação dos condicionantes e limites do aporte regional.

Assim sendo, para Vasconcellos (2013) o conceito de desenvolvimento territorial passa a ser uma nova unidade de referência para a ação do Estado e a regulação de políticas públicas. Consiste em uma resposta do estado às intensas críticas a que se vinha sendo submetido, sobretudo em função da ineficácia e ineficiência de suas ações.

Diante dessa complexidade conceitual existem outras correntes de pensamento que apontam para um desenvolvimento mais voltado para o social, que são as redes solidárias que estão mais focadas em um desenvolvimento local. Nessa concepção, o território é entendido como “lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidades, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitat, viver e produzir” (SAQUET, 2007, P. 118)

Seguindo esse mesmo raciocínio, Buarque (2008) conceitua o desenvolvimento local como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”(BUARQUE, 2008, p. 25). O desenvolvimento local é o resultado de múltiplas ações convergentes e complementares, capaz de quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em localidades periféricas e de promover uma mudança social no território. (BUARQUE, 2008). Considerando os estudos de Sen (2000, p. 55) quando trata o desenvolvimento como liberdade, este considera os seguintes tipos de liberdade instrumentais: “(1) liberdade política, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantia de transparência e (5) segurança protetora”.

Essas liberdades tendem a contribuir para a capacidade da pessoa viver com qualidade de vida. Segundo Vasconcellos (2013) qualidade de vida se refere à forma como cada o indivíduo e cada coletividade se incluem e se relacionam com a sociedade a qual estão inseridos. Trata-se de um conceito que está diretamente relacionado com a percepção que cada indivíduo e coletividade têm de si e dos outros, do mundo interno e de seu redor. Portanto, “qualidade de vida é um conceito abstrato, subjetivo e dependente do tempo que pode ser avaliada por critérios objetivos e subjetivos”. (VASCONCELLOS, 2013 p. 17).

### 3. COLETIVIDADES LOCAIS E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Em termos conceituais, Buarque (2008) define ‘desenvolvimento comunitário’ como:

Uma forma particular de desenvolvimento local delimitado pelo espaço da comunidade vinculada a projetos locais; normalmente não tem uma estrutura político-administrativa e institucional, mas tende a apresentar uma grande homogeneidade social e econômica e capacidade de organização e participação comunitária (BUARQUE, 2008, p. 33).

Para contribuir com essa reflexão o termo ‘comunitário’ vem de ‘comunidade’, originário das ciências sociais que ao longo dos anos têm apresentado diferentes definições que vai das ciências sociais clássicas até as ciências sociais mais modernas. Assim sendo, buscou-se na literatura clássica de Ferdinand Tönnies a definição de comunidade como um grupo social demarcado espacialmente e que se desenvolveu a partir de três diferentes instâncias: o parentesco, a vizinhança e a amizade. Nessa concepção:

A primeira emerge da vida familiar e fundamenta-se na autoridade dos membros da família - sendo essa autoridade traduzida em termos de idade, força e sabedoria. A segunda emerge da vida em comum, do território partilhado. Nesse caso, as



necessidades de trabalho e de uma organização comum promovem o compartilhamento dos hábitos, dos conhecimentos e a emergência das tradições. E a terceira emerge da semelhança de interesses e formas de pensar. Ela nasce da similitude de atividades, mas deve ser alimentada por encontros frequentes, sendo mais comum nas aldeias e pequenas cidades. (TÖNNIES 1995, apud MOCELLIM, 2011)

Quando se insere ao termo “comunidade” a palavra “tradicional” cria-se uma nova definição. Para Diegues (1996):

Comunidade tradicional seria um espaço sociocultural, no qual sua economia é organizada baseando-se no uso de recursos naturais renováveis, possuindo padrões de consumo que acordam diversas atividades econômicas baseadas nos ciclos da natureza, além de possuir cultura fundamentada em simbologia, mitos e rituais associados às atividades de produção, tais como caça a pesca, etc.(DIEGUES,1996 apud MEDEIROS, 2016 p. 37-38)

Partindo dessa perspectiva, na região amazônica muitas localidades, principalmente nas áreas rurais, a tradição é o uso de plantas medicinais para prevenção e cura das enfermidades de sua população, geralmente, seguida por rituais baseados nas suas lendas, mitos e crenças. Dentre as coletividades locais em que esse saber e a prática são mais fortes, estão a cultura dos indígenas, dos ribeirinhos e dos quilombolas. É possível observar essa prática entre os moradores destes lugares “em virtude das constantes interações sociais entre as cidades e as florestas”. (SOUZA; BARBOSA, 2016 p. 66). Os autores utilizam o termo ‘floresta’ para identificar “as coletividades da Amazônia que não reside na cidade”, mas que, interagem economicamente, socialmente e culturalmente com os moradores das cidades. (SOUZA; BARBOSA, 2016 p.66).

### 3.1 Saber Tradicional à Luz da Legislação Ambiental

Os saberes e práticas culturais das comunidades rurais, ao desenvolverem suas atividades produtivas, se utilizam de algum saber tradicional, geralmente, passados por meio da oralidade e pelas práticas do cotidiano. Neste sentido, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) promulgada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, considera Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

Neste sentido, identificamos que as mulheres do grupo Erva Vida, são moradoras da região e, ao produzirem remédios, a partir das plantas disponíveis no seu município, se utilizam de práticas e aprendizado que foram herdados por gerações anteriores no meio de seus núcleos familiares. Saberes que foram apreendidos com seus avôs, pais e tios, e que durante décadas produziam seus próprios remédios.

Por outro lado, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) promulgada pelo Decreto no 2.519, de 16 de março de 1998 e regulamentada pela Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade, considera provedora de conhecimento tradicional à população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso. Segundo esta Lei:



II – conhecimento tradicional associado: informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético;

III – conhecimento tradicional associado de origem não identificável: conhecimento tradicional associado em que não há a possibilidade de vincular a sua origem a, pelo menos, uma população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional. (CDB, 2015)

Como se pode perceber, no que se refere ao conhecimento tradicional, a Lei define bem a existência de dois tipos de conhecimentos. Nesse aspecto, é de suma importância se atentar para esse tipo de legislação e que a valorização dos saberes tradicionais sejam colocados em evidência como práticas milenares e que os mesmos não sejam desconsiderados sob o risco dessas políticas não se tornarem ineficientes e nem ineficazes.

Nesse ponto, a Política Nacional de Plantas Medicinais (PNPMF), aprovada em 2006, considera a importância do uso de plantas medicinais pela população brasileira a partir do reconhecimento da fitoterapia como terapia complementar nas Unidades Básicas de Saúde. Isso tem permitido

Valorizar o conhecimento das comunidades tradicionais e estimular a cadeia produtiva do medicamento fitoterápico, abrangendo desde o fornecimento da matéria prima, que prioritariamente deve ser oriunda da agricultura familiar até o desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação, sempre com o viés de salvaguardar do patrimônio genético e de valorização da biodiversidade brasileira (SOUZA; BARBOSA, 2016 p. 75).

Aliado a isso, existe a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 13 de 14/03/2013/ANVISA, que regulamenta a promoção e a adoção de boas práticas no processo de fabricação de produtos tradicionais fitoterápicos.

### 3.2 Gestão dos Recursos Naturais em Plantas Medicinais

Enquanto práticas sociais educativas que venham valorizar os saberes locais e a participação social da comunidade, encontramos na educação ambiental crítica ao aporte necessário e primordial para contribuir no entendimento da complexidade relacionada às questões ambientais haja vista que um dos seus objetivos é:

Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográfica, histórica, biológica e social, considerando o meio ambiente como o conjunto das inter-relações entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além de saberes científicos. (CARVALHO, 2012 p. 160).

Nesse aspecto, a educação ambiental é um importante instrumento de reflexão para se pensar de qual maneira poderá haver o resgate e a valorização dos saberes e práticas culturais para a reconstrução da identidade dos grupos sociais e pela recuperação da memória coletiva de modo a reconstituir os traços comuns das comunidades, pois, segundo Freire (2004) a tolerância é a base do respeito entre os diferentes sujeitos e que não se deve negar só porque é diferente, é nessa experiência que vamos aprendendo com o outro. (FREIRE, 2004).

Reforçando essa ideia, Jacobi (et. Al, 2009) cita práticas educativas que são consideradas ambientalmente sustentáveis e que apontam para uma nova proposta pedagógica que está centrada na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes, ao desenvolvimento da organização social e da participação coletiva.



Portanto, para o Brasil (2014) dentre as linhas de ações e das estratégias da Educação Ambiental em relação aos cursos de formações estão o reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais

### 3.3 Grupo de mulheres “Erva Vida”

“Ao traçar o histórico sintético da formação do grupo Erva Vida, percebe-se que a fundamentação de sua construção tem como um de seus pilares o declínio da produção da pesca artesanal em Marudá” (MONTEIRO; SOUZA; BARBOSA, 2012, p. 39). Essa mudança na atividade produtiva se deve à dificuldade encontrada pelas mulheres na captura do pescado que começou a ocorrer a partir do ano de 1997. Segundo (FLOR et al., 2012) como alternativa, e, para suprir suas necessidades, devido à escassez do pescado, essas mulheres começaram a se reunir, no período da tarde, no barracão da colônia de pescadores local para produzir e comercializar remédios elaborados com plantas medicinais e artesanato em geral. Com o passar do tempo, e de forma mais organizada, esse trabalho passou a ser chamado e reconhecido como Grupo de Mulheres “Erva Vida” que começou com poucas mulheres.

Assim, nessas duas décadas de existência, o grupo vem atuando na produção de remédios artesanais, sendo que “as formulações dos mesmos são produzidas artesanalmente pelo grupo e tem origem na sabedoria popular das mulheres pescadoras-erveiras que recuperaram em suas memórias o conhecimento tradicional deixado por seus antepassados” (MONTEIRO; SOUZA; BARBOSA, 2012, p. 42). Esses produtos são transformados em sabonetes, xarope, garrafadas, pomadas, tinturas e outros produtos que são comercializados dentro e fora da comunidade, inclusive, para os turistas que visitam a região.

O grupo Erva Vida, possui, além do laboratório, um horto medicinal para cultivo de algumas plantas medicinais que utiliza no processo de produção de seus remédios. “O grupo Erva Vida assume toda a cadeia de produção começando pelo cultivo e coleta da matéria prima, à elaboração dos remédios e a comercialização” (MONTEIRO; SOUZA; BARBOSA, 2012, p. 42).

#### 3.3.1 Espaço Físico e a Produção de Fitoterápicos

Ao fazer uma abordagem sobre o espaço físico comunitário para a produção de fitoterápico, requer pensar sobre que espaço está se referindo. Isso faz pensar primeiramente na questão conceitual, já que é um termo polissêmico. Segundo Santos (1977) entende que:

O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem uma tamanha imposição sobre o homem, nenhum está tão presente no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam a prática social. (SANTOS, 1977, p. 92)

Nesse seguimento, o estudioso Yan Tuan (2015) vai mais além, pois considera ‘espaço’ e ‘lugar’ termos familiares que indicam experiências comuns. Para o autor, as relações que se estabelecem entre espaço e lugar têm a ver com o seu significado. Conforme Tuan (2015) ‘espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’, ou seja, espaço é liberdade enquanto que lugar é segurança. Dessa forma, define que:

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As



ideias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensamos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 2015)

Nessa perspectiva é que se busca compreender a qualidade ambiental do espaço e do lugar onde as mulheres erveiras estão inseridas e como se dar o trabalho de produção artesanal considerando as diferentes maneiras de experienciar e interpretar o espaço e o lugar como imagens de sentimentos complexos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos inúmeros estudos sobre desenvolvimento local, ainda é preciso vencer muitos desafios, um desses é superar a dicotomia existente entre o conhecimento científico e os saberes tradicionais que geralmente entram em choque, principalmente quando se refere aos costumes da população. Para isso, é preciso pensar em novas formas de abordagem no que diz respeito aos saberes tradicionais em plantas medicinais e produtos fitoterápicos, propiciando não apenas a melhoria da qualidade de vida, mas pensando no resgate dos valores da cultura popular.

Dessa forma, espera-se que este estudo venha contribuir para uma reflexão sobre a importância de se pensar em legislação e políticas públicas que se atentem para a valorização desses saberes e que seja posto em evidência como práticas milenares, que esses valores não sejam desconsiderados sob o risco dessas políticas não se tornarem ineficientes e nem ineficazes, mas que contribua para um trabalho mais pleno.

Por fim, é preciso contar com o suporte dos gestores públicos (prefeitura, secretarias de saúde e agricultura; associações comunitárias e instituições de ensino, pesquisa e extensão) para implantação e manutenção de programas sociais desenvolvidos na localidade que venha, de fato, colaborar com o desenvolvimento local, pensando na qualidade de vida da população, pois a experiência do grupo de mulheres Erva Vida tem se tornado referência para muitas pesquisas científicas. É nessa perspectiva que este estudo tem a finalidade de ser mais uma contribuição, no sentido de fortalecer esse grupo de mulheres considerando a sua manutenção e tradição.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)** promulgada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998 que estabelece a **Lei Brasileira sobre o Meio Ambiente: biodiversidade**. Organização: Roseli Senna Ganem e Maurício Schneider. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015 (Série Legislação; n, 183).

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: 6 ed.: Cortez, 2012.



MEDEIROS, S. B. M.; PEREIRA, L. R.; MIRANDA, P. R. S. Conhecimento Tradicional na Ilha de Campompema, Abaetetuba-Pará: principais desafios In: MORAES, Sérgio C. (org.) **Conhecimentos Tradicionais: discussões e desafios**. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

MONTEIRO, M. M; SOUZA, A. J. A; BARBOSA, W.L.R. **Etnofarmácia**: saberes e gêneros. Cutitiba, PR: CRV, 2012.

NASCIMENTO, N.; FENZL, N. Cenários de uso da terra em mesobacia hidrográfica no nordeste paraense. In: SOBRINHO et. Al, (orgs.) **Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém: NUMA/UFPA, 2012.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Universidade de Columbia, New York. 81-100, JUNHO 1977.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA A. E.; BARBOSA, W. L. R. **Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais**: uma revisão teórica. In: MORAES, Sérgio C. (org.) **Conhecimentos Tradicionais: discussões e desafios**. Belém: NUMA/UFPA, 2016.

SOUZA G.B. N.; ROCHA, G. M. Uso do solo, regime patrimonial e reordenamento territorial na cidade de Salinópolis (PA) In: ROCHA et. Al, (orgs.) **Cidades, comunidades e territórios**: problemas socioambientais, ações sustentáveis e reordenamento territorial. Belém: NUMA/UFPA, 2018.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. In: MIRANDA, O. **Para ler Ferdinand Tönnies**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1995. p.231-352.

TUAN, Y. F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário. Notas Introdutórias sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Territorial. In **Desenvolvimento local e o direito à cidade na floresta amazônica**. MITSCHERIN, T., A.; ROCHA, G. M.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Belém: NUMA/UFPA, 2013.